

## **O espaço das câmaras setoriais**

Luís Nassif

A melhor maneira de subestimar a relevância das câmaras setoriais é superestimar sua importância. É fantasioso imaginar que elas poderão se constituir no grande fórum de articulação de preços da economia. Nem por isso deixam de ter um papel relevante como instrumento de discussão e de diagnósticos setoriais.

A eficiência de um setor, ou de uma empresa, depende de duas variáveis. De um lado, de sua competência específica. De outro, das chamadas condições sistêmicas da economia (para utilizar um termo da moda), entre as quais incluem-se a qualidade de seus fornecedores e os elementos institucionais – políticas tarifárias, políticas de financiamento, políticas de comércio exterior, sistema tributário etc.

As câmaras tiveram as virtudes de juntar numa mesma roda todos os participantes do processo produtivo – empresários, trabalhadores, fornecedores e governo – obrigando-os a raciocinar objetivamente sobre os problemas do setor e a repartir incumbências. Ajudaram a aprimorar o autoconhecimento setorial e a suprir o governo de informações, rompendo o estilo autoritário e ignorante que caracterizava o processo de tomada de decisão da equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello.

### **Pecados veniais**

Os pecados da câmara – de forma, não de essência -, centram-se inicialmente na ausência de formulações setoriais mais amplas sobre a nova estrutura industrial brasileira. Parte por culpa da desmontagem dos centros de pensamento estratégicos nacionais, como o BNDES e o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), parte por falta de convicção da secretária Dorothea Werneck nessas formulações mais genéricas. Esta lacuna tornou as discussões pouco objetivas naqueles setores que não conseguiram vislumbrar com mais clareza seu papel no novo desenho industrial.

A falta dessa discussão prévia no âmbito do governo, além disso, fez com que não houvesse até agora uma interação mais efetiva entre outros tópicos de política econômica e a questão da competitividade industrial.

Dois anos depois do início da política de redução de tarifas, o governo conseguiu produzir poucos instrumentos de promoção da competitividade interna.

### **Governo lento**

A participação do governo nas câmaras foi lenta até na definição de medidas tecnicamente simples, como a regulamentação dos consórcios – que repousou mais de seis meses nas gavetas do novo presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, resultando em uma regulamentação pouco operacional. O que não dizer daquelas que demandavam formulações mais complexas, como a definição de mecanismos de financiamento compatíveis com as taxas internacionais, ou formas de controle de “dumping” de importações, ou adaptação do modelo tributário às metas de busca de eficiência?

Com a entrada do professor Antonio Barros de Castro no BNDES, já foram dados passos objetivos para que o banco volte a ser fonte de elaboração de políticas setoriais, suprimindo uma das lacunas do modelo. Com a ascensão do professor Walter Borelli ao Ministério do Trabalho, avança-se na desregulamentação da legislação trabalhista, outra perna importante do modelo. Os estudos do Fórum Brasil, do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, podem se constituir em fontes adicionais de diagnósticos setoriais. A criação do MIC (Ministério da Indústria e do Comércio), entregue ao senador José Eduardo Andrade Vieira, permitirá uma coordenação mais estreita dos diversos itens que produzem a tal competitividade sistêmica.

A partir daí, haverá condições de tornar as câmaras ainda mais úteis e objetivas do que foram até agora.